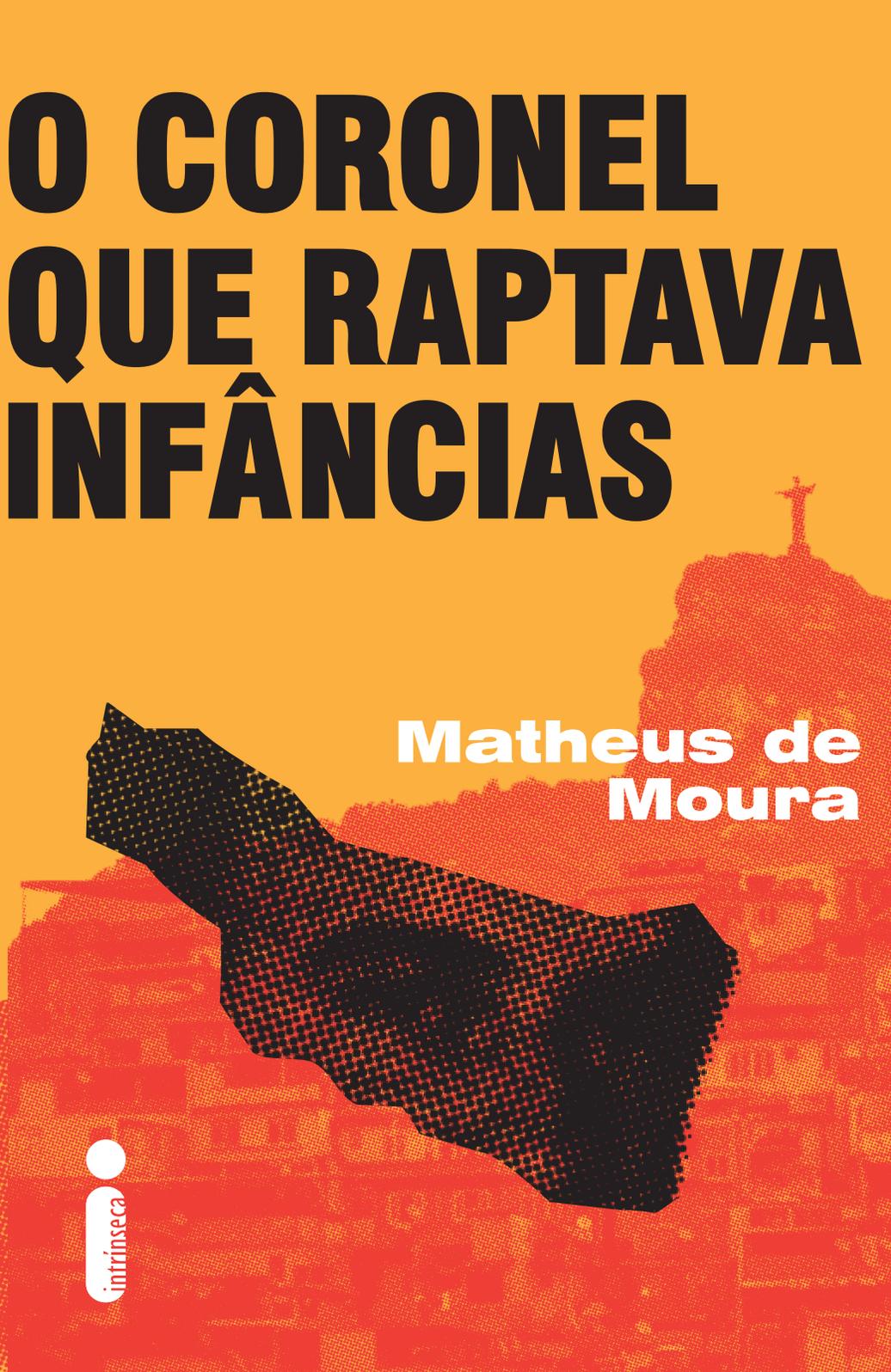


O CORONEL QUE RAPTAVA INFÂNCIAS

**Matheus de
Moura**


intrínseca

**O CORONEL
QUE RAPTAVA
INFÂNCIAS**

Matheus de Moura

**O CORONEL
QUE RAPTAVA
INFÂNCIAS**



Copyright © Matheus de Moura, 2021.

PREPARAÇÃO

Kathia Ferreira

CHECAGEM

Rosana Agrella da Silveira

REVISÃO

Carolina Leocadio

Thais Carvas

DIAGRAMAÇÃO

Filigrana

PROJETO GRÁFICO E DESIGN DE CAPA

Túlio Cerquize

IMAGENS DE CAPA

Samuel Martins / Agência O Dia

Mauro Pimentel / AFP

IMAGENS DE VERSO DE CAPA

Gabriel Paiva / Agência O Globo

Athayde dos Santos / Agência O Globo

Custódio Coimbra / Agência O Globo

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M888c

Moura, Matheus de

O coronel que raptava infâncias / Matheus de Moura. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

256 p. ; 21 cm.

ISBN 978-65-5560-278-4

1. Livro-reportagem. I. Título.

21-71154

CDD: 869.3

CDU: 82-31(81)

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

21/05/2021 24/05/2021

[2021]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

Prólogo: O coronel abatido

20 de maio de 2019

Mais uma vítima emergia do breu da rua General Espírito Santo Cardoso para a claridade do interior da 19ª Delegacia de Polícia, na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Vindo daquela reta de casebres assemelhados a cortiços e de árvores que flertam e valsam com os postes de iluminação, surrupiando-lhes a luz, o homem tinha o semblante do residente típico daquele reduto de classe média carioca: pele alva e bochechas coradas, quando não pálidas; na faixa dos sessenta anos e no espírito da aposentadoria; de porte honroso, trajando camisa social. Caminhava com dificuldade, apoiado numa bengala de madeira de aparência cara que lhe impunha vulnerabilidade e tornava lenta a sua chegada ao balcão da recepção. Os atendentes, ao notá-lo, já sabiam pelo que esperar: denúncia de roubo de carteira, dúvidas sobre como fazer um B.O. on-line para retirar um novo RG ou queixa de furto de celular em algum desses barzinhos de paredes azulejadas — ocorrência comum entre os aposentados mais boêmios e desvairados, que esquecem coisas à mesa. Talvez por isso a surpresa dos presentes no recinto quando o sujeito anunciou:

— Eu vim me entregar.

— Quê? — perguntou o oficial, num olhar soerguido.

— Como eu já disse, vim me entregar para a polícia. Há um mandado para mim — respondeu, roufenho, o sexagenário de pele alva.

Percebendo a confusão do oficial, o recém-chegado levantou os ombros e continuou:

— Eu me chamo Pedro Chavarry Duarte. Há um mandado de prisão me esperando aqui.

— Ok — rebateu o outro, zombeteiro. — E tem certeza de que é aqui que o senhor deveria se entregar?

— Não sei. Eu moro na Barra, achei mais conveniente vir aqui — explicou Chavarry, calmo.

— Ok, senhor Pedro...

— ...Chavarry Duarte.

— Qual o crime do senhor?

Havia ainda certo escárnio no tom de voz do policial por trás do balcão.

— Abuso sexual de menor — confessou Chavarry, evitando encará-lo.

O policial franziu o cenho e observou atentamente a face do homem à sua frente: tinha os olhos negros e redondos, como duas bolinhas de gude que guardavam o universo em seu interior, olheiras profundas e bochechas taxidermizadas pela degradação do tempo. Deu-se conta então de que aquele rosto lhe era familiar. Vira nos jornais, sabe-se lá quando, que um coronel reformado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro fora preso por pedofilia. Seria ele?

— O senhor é aquele coronel da PMERJ?

Evitando os entreolhares, o sujeito respondeu um rápido “sim, sou eu”.

Incrédulo, o policial explicou que ele deveria ser levado até o Batalhão Especial Prisional (BEP) de Niterói, município ligado à capital flumi-

nense por uma ponte que, de tão grande em seus treze quilômetros de extensão, ilude o viajante a enxergá-la dobrada ao meio. Mas Chavarry o interrompeu, dizendo que conhecia os procedimentos e que já havia uma viatura à sua espera do lado de fora da delegacia. Queria apenas se render oficialmente. Afinal, estava na hora de, mais uma vez, provar sua inocência perante outra acusação infundada. Havia três décadas pregava aos familiares que inimigos políticos conspurcavam sua honra. Aquela era, porém, a primeira vez que se entregava deliberadamente às autoridades. A acusação de que teria abusado sexualmente de uma criança de cinco anos e de outra de dez, agenciadas pelo pai e pelo avô dos meninos, cinco anos antes era mera ficção, conspiração do delegado Adilson Palacio, da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (Dcav), no Centro. E essa narrativa asquerosa não era apenas um delírio de Palacio, era também fruto de uma perseguição histórica da própria Dcav, onde sua antiga algoz, a delegada Cristiana Onorato, construíra carreira e o mandara prender em 2016 também por estupro de vulnerável. Mas ele acabara solto.

Chavarry sabia muito bem que ela se encontrava alocada naquela unidade da Tijuca em que ele agora pisava e, ressentido, queria evitá-la a qualquer custo. Contudo, preferia correr o risco de dar de cara com ela a fazer o correto: ir à Dcav, onde seu inquérito estava aberto, e, naquele ambiente que o deixava inseguro e desconfortável, submeter-se ao interrogatório do delegado que de fato comandava seu caso. Preferia mil vezes que as diligências fossem executadas sob as paredes duras de um batalhão da PMERJ, território de sua influência. Por sorte ou esperteza, Chavarry não precisou se estressar com Cristiana. Ela não trabalhava no período noturno.

Após assinar os documentos de praxe, ele saiu da delegacia e entrou na viatura, desaparecendo na úmida e abafada noite da Tijuca, onde os prédios crescem ano a ano e o maciço homônimo se mantém esbelto e imponente, fazendo jus ao título de maior floresta urbana do mundo dado por alguns estudiosos — resultado de uma política de reflorestamento implementada no século XIX.

Aquela meia hora de diálogo entre o oficial do balcão e o respeitável militar de carreira, famigerado pedófilo, rendeu assunto para a semana inteira na delegacia e em jurisdições além. Frustrado ficou Adilson Palacio, da Dcav, ao saber que perdera a chance de prendê-lo ele mesmo; surpresa ficou Cristiana Onorato quando, na manhã seguinte, ouviu o bafafá sobre o homem que gostaria de ter tido o prazer de encarcerar novamente — ficou apenas na vontade, entretanto.

Chavarry estava protegido atrás das grades da Polícia Militar.

PARTE I

“Pois a gente não é de carne e osso
Não bota filho neste negro mundo
Não sofre, não capina, não se cansa
Não espreme o peito até dar leite e sangue
Não lava roupa até comer o sabugo
Não sustenta um malandro, um coisa-ruim
Que só sabe contar muita garganta
E beber sem parar no botequim?
Pois a gente não é mãe, não cria um filho
Pra ser, como eu criei, absoluto
Pra ser o tal, querido e respeitado
Por homens e mulheres?”

Clio, em *Orfeu da Conceição*,
de Vinicius de Moraes

1. As doze horas

3 de julho de 2014

Sob a brancura das paredes do Hospital Geral de Bonsucesso, na avenida Brasil, Géssica Fernanda Correa grunhia com timidez diante do médico. Tinha dezesseis anos, cabelos negros e pele parda, fruto da mestiçagem entre indígenas, africanos e algum europeu a se identificar. Estava acompanhada da sogra, Beatriz Margarida da Silva, que sentia dificuldade em acreditar que a dor aguda da nora provinha de um parto iminente; duvidava de que haviam se passado nove meses desde que a jovem engravidara. Não poderia a barriga imponente ser assim por somar-se à obesidade da menina? Seria realmente o estágio final da gravidez?, perguntava-se a senhora. Em contraste, Géssica insistia que a dor era descomunal, que tinha de ser a hora. Morosa, deitou-se na maca da enfermaria e abriu as pernas. Deixou que o médico resolvesse o impasse. Ele pôs dois dedos no canal vaginal, mediu a distância entre eles e, segundos depois, concluiu:

— Vai nascer hoje, já tem seis de dilatação.

— Viu, Beatriz?! — exclamou Géssica, de olhos marejados. — Vai nascer hoje, eu te falei...

Por alguns instantes a sogra não a ouviu. Encontrava-se em estado de letargia, flutuando nos sonhos da avosidade e feliz por encontrar vida tão logo após a morte de seu filho mais novo, que teria sido tio do bebê se não tivesse batido a cabeça no concreto após abusar de loló num

baile funk. E, se Géssica estava prestes a chorar, Beatriz, sem perceber, se debulhava. Era uma senhora negra de rosto sereno, traços fortes, corpulenta, com braços de quem muito trabalhara na vida e barriga inchada de quem tanto comera feijão com arroz em tempos de vacas magras. Era afeiçoada à nora e seria mais ainda à neta. Sentou-se ao lado da maca e disse:

— Estou aqui, vou ficar do seu lado.

mais cedo, naquele dia

— Beatriz, eu vou ganhar o neném — avisou Géssica, sentada no sofá de casa, na favela Nova Holanda, pertencente ao Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Beatriz nem sequer a olhou, estava cansada das idas e vindas quase diárias ao Hospital Geral de Bonsucesso por falsos alarmes. Apenas redarguiu que, “quando for, você vai sentir uma dor insuportável”. Parira e criara três filhos sozinha, era expert em gravidez e maternidade.

— Mas, Beatriz — insistia a nora —, tá doendo muito. Eu não tô aguentando mais.

Géssica tinha uma voz açucarada e, por mais que as duas tivessem uma relação de puro carinho, já havia algum tempo Beatriz se encontrava exaurida do trabalho compulsório de acompanhante de gestante.

— Tá bom, Géssica, a gente vai ir, mas amanhã tu sabe que tu vai voltar e vai atravessar aquela passarela de novo.

Beatriz se referia a uma das várias passarelas de concreto feitas para pedestres sobre a avenida Brasil, a mais importante via expressa da

cidade, com seus 58,5 quilômetros de fábricas, lojas colossais desprovidas de luxo, lares suburbanos e favelas tão bem amalgamadas que fica difícil discernir o começo de uma construção e o fim de outra. Poucas coisas expressam tão bem o que é o Rio de Janeiro quanto a avenida Brasil e suas longas passarelas de aparência singela, quando não arcaica, com vendedores ambulantes servindo de *checkpoint* nas pontas.

Géssica pensou em quanto aquela passarela mais próxima de sua casa lembrava um comprido viaduto e respondeu, recuando:

— Ah, acho melhor esperar um pouco, acho que não é dor, não.

Espreguiçou o corpo largo e pardo no sofá e, em meio a caretas de desconforto, concluiu que não queria ter de lidar com toda a complicação de entrar no ônibus com uma barriga tão grande, tendo de se espremer por entre os corpos rijos dos passageiros em pé — dificilmente um ônibus estaria com espaço de sobra em pleno dia útil.

Um, dois, três, veio a pontada aguda. Os olhos exclamaram a verdade que ela logo reclamou:

— Não dá, vam'bora.

Beatriz percebeu a voz entrecortada por agonia e entendeu que não era exagero, apesar de ainda duvidar da urgência.

— Um minuto — disse, então, com a mão aberta a pedir um tempo.

Pegou o celular e ligou para um amigo da comunidade. A Nova Holanda tinha fama de ter uma população altamente integrada à vida comunitária, não seria um problema clamar por ajuda num momento daqueles. O carro parou na rua contígua, de asfalto esfarelado intercalado com terra. A passarela seria evitada, o ônibus lotado também.

■

Fazia uma hora que Géssica se encontrava na maca, com suor pelo corpo e os dentes a ranger. O músculo do pescoço estava tensionado, precisava relaxar. Queria tanto que Jorge, o marido, estivesse ali, ao seu lado, segurando sua mão; ele estava trabalhando. Era terceirizado na Marinha, no setor de alimentos; não havia como largar tudo e socorrê-la ainda por vir dor excruciante de parir alguém. Impossibilitada de ter Negão, como ele era conhecido desde pequeno, contentou-se com a sogra, apesar de mesmo assim, eventualmente, chamar pelo amado.

O médico tornou a checar a dilatação. Nenhuma mudança.

Géssica entrou na segunda hora do trabalho de parto com a lombar trincada. Nada anormal para uma grávida no primeiro período clínico — termo usado para a fase da dilatação, altamente desconfortável. Era como se uma hérnia de disco se desenvolvesse do nada. Beatriz a entendia bem, fazendo-lhe carinho nas madeixas pretas e onduladas.

meados de maio

Balões rosa. Balões brancos. Mesinha de plástico. Palmas — clap! clap! clap! Bolo da Moranguinho. Pirulitos. Docinhos. Era um chá de bebê.

Géssica estava rodeada das melhores pessoas de seu pequeno universo: o marido, a sogra, o quarteto de amigas, seus irmãos por parte da mãe de criação (a Tia), a mãe biológica e o carinho, via mensagem, da irmã de sangue que tanto amava mas que morava no Maranhão, longe demais. Não tanto, porém, quanto a irmã que morava no município de Belford Roxo, logo ali, na Baixada Fluminense, por quem nutria a pior das distâncias: a existencial. A festa ocorreu, como sempre, na laje.

O tema do bolo foi escolhido pensando que a filha talvez viesse a entender o que se passava fora das paredes do útero; caso não, reconheceria o afeto pelas fotos, anos depois. Criança de seu tempo, seria sugada para a duradoura febre da Moranguinho já na primeira infância.

Jorge era um rapaz taciturno, nem por isso infeliz. De longe observava, com afago, a esposa ser paparicada pelas meninas do bairro.

— Que barrigão lindo — exclamavam, enquanto ele, miúdo, franzino e de barba rala, dono de uma tímida pancinha, corria a servir as visitas, fatiando o bolo e oferecendo cerveja e refrigerante.

Ao fundo, um estupendo banner rosa com algumas versões de Géssica sorrindo, muitas vezes em vestes também rosa, numa competição pelo tom mais gritante da cor.

Foi um dia lindo e amplamente fotografado — uma obsessão de Géssica.



O relógio bateu na terceira hora do trabalho de parto e trouxe com o tique-taque uma novidade: a dilatação evoluíra para sete centímetros. Géssica sentia o desconforto escalar e enrijecia cada vez mais o corpo, apesar dos avisos médicos e da insistência de Beatriz em fazê-la relaxar e empurrar, com base no “respira fundo, um, dois, três, quatro”. Ações inócuas. Géssica obedecia apenas a si mesma. Se precisasse segurar esse bebê mais um pouco, ela o faria; era sensível a dor e não dispunha de energia para aguentar a evolução da agonia, o que, como fora avisada, aconteceria quando a dilatação se ampliasse para oito centímetros. Portanto, não havia escolha senão deixar fluir até parir, no que seria a pior dor física da sua vida, segundo as amigas que já eram mães.



Era a regra: quase todo dia Jorge se levantava cedo, lavava bem o rosto, vestia uma bermuda de tãctel e uma camisa qualquer, batia com a mão o cabelo crespo e curto e, sem acordar a esposa, a passos gatunos, saía por uma porta de metal com uma janelinha na área inferior que se encontrava quebrada ao meio. Rumava para a Teixeira Ribeiro, uma das principais ruas da Nova Holanda. Saía pelo beco em que morava e se deparava com a molecada da “profissão perigo” já jogando sinuca ao som do funk do momento — importante que o funk fosse carioca, uma vez que o paulista, em especial o da Baixada Santista, encontrava resistência para entrar nos círculos funkeiros do Rio. Afinal, quem pariu o funk que o embale.

A “profissão perigo” não tornava os rapazes menos amigos de Jorge. Ele tinha vinte anos e conhecia muitos deles desde a infância. Embora as relaoes sofressem fissuras por causa dos caminhos distintos que haviam tomado, não eram indiferentes uns aos outros, cumprimentando-se como se na escola ainda estivessem. Jorge escolhia um dos dois trajetos possíveis: pelo Centro de Artes da Maré, passando pelos feirantes fincados perto dali doze horas por dia e desviando-se dos transeuntes apressados para pegar o primeiro ônibus para a Zona Sul, onde preenchiam as vagas de trabalho que os moradores das comunidades de la não queriam ou não sabiam que existiam, para so então acessar a entrada da Teixeira; ou imergido pelo interior de sua rua, seguindo pela rua Principal (este é o nome real) até chegar ao destino, a barraquinha de açaí e frutas.

— Vê um copao de açaí com amendoim — declarava, na passiva voz de sempre.

DEZ DE SETEMBRO DE 2016. A ATENDENTE DO DRIVE-THRU DE UMA LANCHONETE EM RAMOS, NO SUBÚRBIO DO RIO DE JANEIRO, SAI DA CABINE PARA ENTREGAR O LANCHE AO CLIENTE DE UM JETTA BRANCO. QUANDO O VIDRO ESCURO É BAIXADO, A JOVEM VÊ UM HOMEM DE CABELO BRANCO AO VOLANTE E, NO CARONA, UMA MENINA QUE APARENTA NÃO TER MAIS QUE DOIS ANOS.

A cena seria corriqueira se não fosse insólita: o motorista é Pedro Chavarry Duarte, coronel reformado da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que no dia seguinte estaria em todos os telejornais, acusado de estupro de vulnerável.

Mas o caso que chocou o estado e o país é, na verdade, apenas o começo do fim da carreira de Chavarry, marcada pela obscuridade de ações que em tese eram pautadas por bandeiras de assistência social. O foco dessa plataforma eram crianças na primeira infância, em geral oriundas de famílias em condições de extrema pobreza. Munido de credenciais que tornavam sua reputação inquestionável, Chavarry encontrava suas vítimas em comunidades carentes: mulheres com filhos muito pequenos.

O policial oferecia a elas uma ajuda muito bem-vinda: emprego, assistência financeira e, acima de tudo, cuidava de suas crianças em uma suposta creche. Jamais se descobriu, no entanto, o endereço dessa instituição. Quando Chavarry colocava as crianças em seus carros de luxo alugados, as mães não sabiam para onde elas eram levadas ou o que acontecia durante as muitas horas de ausência. Até a fatídica noite no estacionamento da lanchonete.

Para entender a complexidade das circunstâncias que permitiram os atos de Pedro Chavarry Duarte e a extensão dos danos causados por sua conduta a inúmeras famílias inocentes, o jornalista Matheus de Moura — colaborador de veículos como Revista Piauí e UOL — mergulha na geografia física e psicossocial do Rio de Janeiro com sensibilidade e coragem. *O coronel que raptava infâncias* oferece ao leitor um raio-X indispensável do caso que chocou o país, reiterando a urgência de manter vivos na memória coletiva mesmo os momentos mais repugnantes de nossa história.

SAIBA MAIS EM:

<https://www.intrinseca.com.br/livro/1081/>